

Concurso Público
(Aplicação: 22/7/2001)
Cargo: ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Nas questões de 1 a 20, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

No tocante ao estatuto, regimento e organização da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ São policiais civis os servidores investidos nos cargos de delegado de polícia, perito, agente de polícia, escrivão de polícia, papiloscopista e agente penitenciário.
- Ⓑ Aplica-se aos servidores da carreira de polícia civil, subsidiariamente e no que não colidir com a Lei n.º 4.878/1965, a Lei n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Civis da União).
- Ⓒ As polícias civis serão dirigidas por delegados de polícia de carreira.
- Ⓓ A autonomia funcional é um dos princípios institucionais da polícia civil.
- Ⓔ Os peritos, médicos-legistas, escrivães de polícia, agentes de polícia, datiloscopistas e agentes penitenciários possuem carreira distinta da dos delegados de polícia.

QUESTÃO 2

Constitui dever funcional dos servidores da carreira de polícia civil

- I tratar as pessoas com urbanidade.
- II cumprir as ordens superiores, mesmo que manifestamente ilegais.
- III representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder de que tiver ciência em razão do cargo, mesmo que o representando seja pessoa hierarquicamente superior.
- IV exercer com dedicação as atribuições do cargo, delegando-as a estranhos quando encontrar dificuldades no seu desempenho.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ II e IV.
- Ⓔ III e IV.

QUESTÃO 3

Com relação ao processo disciplinar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao diretor-geral da polícia civil compete, exclusivamente, a instauração de sindicância para apurar falta funcional de servidores da carreira de PCDF.
- Ⓑ A sindicância, por ser procedimento inquisitorial, prescinde da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- Ⓒ No processo disciplinar, quando a transgressão a ser apurada for o recebimento de propina, a suspensão preventiva do servidor será obrigatória.
- Ⓓ Na hipótese de a transgressão disciplinar tipificar o crime de peculato doloso, oferecida a denúncia pelo órgão do Ministério Público, a suspensão administrativa será facultativa.
- Ⓔ Relatado o processo disciplinar e tratando-se de transgressão punida com pena de suspensão acima de trinta dias, os autos deverão ser encaminhados ao diretor-geral da polícia civil para julgamento.

QUESTÃO 4

Julgue os itens a seguir.

- I A responsabilidade civil dos servidores da carreira de PCDF decorre da prática ou da omissão, culposa ou dolosa, de atos ou fatos que lhe são atribuídos e que causam um dano à administração pública ou a terceiro.
- II No caso de absolvição criminal por inexistência do fato ou da sua autoria, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada.
- III As responsabilidades administrativa, civil e penal não se excluem mutuamente, ao contrário, podem incidir simultaneamente.
- IV Aplicar-se-á a pena de demissão ao servidor que, no espaço de doze meses, praticar três transgressões disciplinares de natureza grave.
- V Tipifica transgressão disciplinar passível de demissão o fato de o servidor freqüentar, sem razão de serviço, lugares incompatíveis com o decoro da função policial.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

QUESTÃO 5

No tocante à ética operacional em radiocomunicação, assinale a opção correta.

- Ⓐ A urbanidade no tom e na maneira de falar são exigidos na operação de comunicações via rádio, o que não impede, em determinadas circunstâncias, a utilização de gírias ou calão, bem como proferir elogios, agradecimentos e despedidas ao iniciar e concluir a transmissão da mensagem.
- Ⓑ As radiocomunicações devem ser dotadas dos atributos de urbanidade, precisão, rapidez e sigilo.
- Ⓒ A Central não terá prioridade sobre as estações fixas, móveis e portáteis; os prefixos considerados especiais não terão prioridade sobre as estações fixas, móveis e portáteis, nas solicitações de QTC à Central; as estações móveis e portáteis não terão prioridade, nem mesmo em caráter de emergência, sobre as demais estações.
- Ⓓ Entre os deveres dos operadores de rádio, está o de atender de pronto todas as chamadas, porém não há necessidade de permanecer no local onde o equipamento de rádio estiver instalado.
- Ⓔ Quanto à orientação de manuseio dos equipamentos, o operador poderá empreender esforços para consertar o equipamento.

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas expressões do código “Q” mais utilizadas pela PCDF, QRU tem o significado de “estou preparado (prossiga)” e QTH, de “estou de prontidão”.
- Ⓑ No código fonético internacional, a sigla PCDF deve ser soletrada como Papa, Juliett, Delta, Fox.
- Ⓒ Os algarismos numéricos usados em fonia correspondem a uno, igual a 1, meia, igual a 6, dezena, igual a 10, vintena, igual a 20, e assim por diante.
- Ⓓ Em relação ao código “Q”, QSL significa “acusos de recebimento” e QSA, “qual a intensidade do meu sinal?”.
- Ⓔ No código “Q”, QRX significa “existe alguma mensagem/notícia para?” e QSY, “taxa, valor, dinheiro, pagamento”.

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta com relação a tumulto.

- Ⓐ Sabedor do processo de formação de tumulto, o policial nunca deve antecipar-se, evitando a sua realização.
- Ⓑ Não é necessário que o policial verifique quem é o líder do tumulto, com o objetivo de afastá-lo imediatamente.
- Ⓒ São características do tumulto: o estímulo comum para a ação; o descontrole da emoção e a perda do sentido da razão; a existência, geralmente, de um excitador e, por último, um fim delineado.
- Ⓓ Qualquer turbulência decorrente de uma discussão acalorada ou de vias de fato deve ser considerada um tumulto.
- Ⓔ No caso de tumulto em instalações policiais situadas em edifício, os participantes devem ser retirados rapidamente, todos de uma só vez.

QUESTÃO 8

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Sabotagem é o ato, ou o conjunto de atos, executado por alguém no sentido de deteriorar coisas ou de criar dificuldades materiais, a fim de impossibilitar o trabalho ou causar prejuízos ao dono de uma empresa ou estabelecimento.
- Ⓑ A sabotagem pode ser ativa ou passiva. Quando ativa, é exclusivamente física, objetivando sempre a produção de danos nas instalações.
- Ⓒ No que se refere à atividade policial, informe e informação são sinônimos.
- Ⓓ O advogado tem sempre o direito de avistar-se com seu cliente, sendo-lhe permitidos, ainda, o acesso e o livre trânsito a todas e quaisquer dependências policiais.
- Ⓔ Qualquer policial pode conceder entrevistas, fornecer notícias e divulgar ocorrências à imprensa.

QUESTÃO 9

Assinale a opção correta.

- Ⓐ A expressão “aos costumes”, constante do depoimento de testemunhas, tem o significado de que a testemunha foi devidamente submetida às pressões necessárias e, perguntada se teve participação no fato criminoso, respondeu que não, hipótese em que se consignará a expressão “aos costumes disse nada”; do contrário, deverá ser consignada a expressão “aos costumes disse ser”, por exemplo, co-partícipe do crime.
- Ⓑ As vítimas e testemunhas descompromissadas prestam depoimento, ao passo que testemunhas compromissadas prestam a chamada declaração.
- Ⓒ Se o indiciado for analfabeto, após seu depoimento ser reduzido a termo, alguém assinará a rogo dele, não sendo necessário ser consignada essa circunstância, nem tampouco de assinatura de testemunhas presenciais da leitura do auto.
- Ⓓ No inquérito policial, podem ser ouvidas quantas testemunhas a autoridade policial achar necessário.
- Ⓔ Toda e qualquer pessoa ouvida como testemunha é obrigada a sempre dizer a verdade, sob pena de cometer o crime de obstrução da justiça.

QUESTÃO 10

Em relação às intimações no inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Somente as testemunhas e vítimas são intimadas para prestar depoimento em inquérito policial, sendo que o indiciado será conduzido em viatura policial, observadas as garantias fundamentais do homem, para prestar depoimento.
- Ⓑ A intimação para fins de inquérito policial será sempre feita por meio de mandado, não admitindo a legislação brasileira a chamada intimação por certidão, exceto para intimação judicial.
- Ⓒ A intimação poderá ser feita oralmente na hipótese de o intimado encontrar-se enfermo, podendo, nessa situação o agente de polícia conceder o prazo que entender necessário para a recuperação da saúde do intimado.
- Ⓓ A intimação do servidor público dá-se de modo semelhante a qualquer outra pessoa, sem a necessidade de comunicação à repartição em que o mesmo serve.
- Ⓔ Havendo necessidade, os militares não serão intimados, mas sim requisitados à autoridade superior.

QUESTÃO 11

Julgue os itens abaixo.

- I O auto de prisão em flagrante deverá ser feito e lavrado em cinco vias; no entanto, em se tratando de militar, deverá ser elaborado em seis vias.
- II A figura do condutor existirá sempre que houver flagrante delito, independentemente de o crime ter sido cometido perante autoridade.
- III Se o conduzido em prisão em flagrante for maior de dezoito e menor de 21 anos, ser-lhe-á nomeado curador, que não interferirá nos atos praticados, limitando-se a presenciá-los.
- IV O auto de prisão em flagrante deverá ser assinado pela autoridade policial, pelo escrivão e pelo advogado do conduzido, quando houver, sendo desnecessária a assinatura de testemunhas e condutor do flagrante, bastando o depoimento dos mesmos.
- V Para os crimes em que deverá ser fixada fiança ao conduzido, haverá a sua liberação e intimação imediata para comparecer à delegacia em data próxima, para complementar o auto, com a finalidade de dar prioridade aos crimes com violência ou grave ameaça à pessoa.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e V.
- E** IV e V.

QUESTÃO 12

No caso de prisão em flagrante, a comunicação será feita

- A** exclusivamente ao juiz de direito competente.
- B** ao juiz de direito competente, à Comissão de Direitos Humanos da OAB e ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público.
- C** ao juiz de direito competente e ao Ministério Público, com indicação de onde se encontra o conduzido e cópia dos documentos probatórios da legalidade da prisão.
- D** ao juiz de direito competente, ao Ministério Público, ao delegado-chefe da delegacia especializada e ao Corregedor-Geral da Polícia.
- E** ao juiz de direito competente, à Comissão de Direitos Humanos da OAB e ao Corregedor-Geral da Polícia.

QUESTÃO 13

Papiloscopia é a ciência que trata da identificação humana por meio das papilas dérmicas. Diante dessa assertiva, assinale a opção correta.

- A** Datiloscopia, quiroscopia e podoscopia fazem parte da papiloscopia.
- B** Datiloscopia, iridioscopia e podoscopia fazem parte da papiloscopia.
- C** Datiloscopia, iridioscopia e quiroscopia fazem parte da papiloscopia.
- D** Datiloscopia é o processo de identificação humana por meio das impressões digitais. Tal técnica de identificação vem sendo substituída pela iridioscopia, cuja identificação é feita pela íris dos olhos.
- E** Datiloscopia é o processo de identificação humana por meio das impressões palmares.

QUESTÃO 14

Impressão digital ou datilograma é a reprodução do desenho digital em qualquer suporte. Delta é o espaço formado pela confluência das linhas basilar, marginal e nuclear. O delta é o responsável pela definição do tipo fundamental do datilograma. Diante dessa assertiva, assinale a opção correta.

- A** Arco é o datilograma geralmente adéltico, formado por linhas que atravessam o campo digital, apresentando em sua trajetória formas mais ou menos paralelas e abauladas ou alterações características.
- B** Presilha interna é o datilograma com um delta à esquerda do observador, apresentando linhas que, partindo da direita, curvam-se e voltam, ou tendem a voltar, ao lado de origem, formando laçadas.
- C** Presilha externa é o datilograma com delta à direita do observador, apresentando linhas que, partindo da esquerda, curvam-se e voltam, ou tendem a voltar, ao lado de origem, formando laçadas.
- D** Verticilo é o datilograma com delta central, apresentando linha que, partindo do centro, vai à esquerda e, posteriormente, à direita, retornando ao centro do delta.
- E** As classificações do delta não têm nenhuma importância, ante os méritos alcançados pela iridioscopia, já em vasta utilização no Japão e atualmente sendo introduzida pelo IC/DF no Brasil.

QUESTÃO 15

Em relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** Apurar a autoria significa que a autoridade policial, mesmo quando já devidamente constatado quem teria cometido o crime, deve proceder a novas investigações sobre como teria se dado o fato criminoso, embora seja possível promover a ação penal contra autor indeterminado.
- B** A natureza jurídica do inquérito policial é de procedimento judicial, vez que é remetido ao Poder Judiciário.
- C** A autoridade policial pode arquivar, pessoalmente, o inquérito policial, quando constatar que o fato é penalmente atípico, não havendo necessidade de remessa dos autos ao juiz competente ou ao Ministério Público.
- D** São requisitos do inquérito policial o fato ser típico e não ter ocorrido o fenômeno da prescrição, representação ou requisição do ministro da Justiça nos crimes de ação penal pública condicionada.
- E** É perfeitamente possível falar-se em incomunicabilidade no inquérito policial, ante o disposto na Constituição da República.

QUESTÃO 16

Assinale a opção correta.

- A** A representação e o requerimento deverão ser feitos na forma escrita, devendo, ainda, ser registrados em cartório, com reconhecimento de firma.
- B** Estando o indiciado solto, é perfeitamente possível o retorno dos autos à delegacia para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.
- C** Os prazos para a conclusão do inquérito policial são sempre de dez dias para o indiciado preso e de trinta dias para o indiciado solto.
- D** As contravenções penais e crimes a que a lei comine pena máxima não-superior a um ano são sempre apurados por meio de inquérito policial, devendo ser observadas todas as formalidades desse procedimento.
- E** No termo circunstanciado, não há participação do escrivão de polícia, já que a narrativa dos fatos ao Ministério Público é feita oralmente pelo delegado de polícia plantonista.

QUESTÃO 17

Assinale a opção correta.

- Ⓐ O inciso I do art. 18 do Código Penal, ao afirmar que “o crime é doloso quando o agente quis o resultado lesivo ao bem jurídico tutelado ou assume o risco de produzi-lo”, reconhece os chamados dolos direto, indireto e de aproveitamento.
- Ⓑ No *iter criminis*, a cogitação, que é o aspecto subjetivo, o pensamento, as maquinações, a elaboração mental, o planejamento efetuado pelo agente para a prática do crime, é sempre punível.
- Ⓒ A chamada culpa inconsciente é aquela advinda do estado de embriaguez do indivíduo, desde que esteja totalmente embriagado.
- Ⓓ Negligência é a característica da ação praticada pelo agente, contrária à prudência de que é portador o homem comum — o chamado *homo medius* —, é o desprezo manifestado pela conduta normal.
- Ⓔ Diz-se que o crime é culposo quando o agente lhe deu causa por agir com imprudência, negligência ou imperícia.

QUESTÃO 18

Julgue os itens abaixo.

- I O crime é consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal e tentado quando, iniciada a sua execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- II São excludentes da ilicitude, não havendo crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.
- III Se alguém, querendo envenenar um inimigo, dá-lhe açúcar em vez de arsênio, responderá pelo crime na forma tentada, já que manifestou de modo claro a intenção criminosa, independentemente da ineficácia absoluta do meio.
- IV Para a configuração do estado de necessidade, basta a alegação de que tenha ocorrido a excludente, sem que se demonstre qualquer requisito.
- V Não havendo previsão expressa de crime culposo, pode o juiz, com base nas informações da autoridade policial, impor a pena sempre que presente a negligência, imprudência ou imperícia.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II. Ⓒ II e IV. Ⓔ IV e V.
- Ⓑ I e III. Ⓓ III e V.

QUESTÃO 19

Assinale a opção correta acerca do direito constitucional brasileiro.

- Ⓐ A Constituição da República, por ser lei fundamental do Estado, tem sempre o seu conteúdo claro e indiscutível, diante de qualquer caso concreto, sendo desnecessária uma atividade interpretativa visando explicitar-lhe o conteúdo, o sentido e o fim.
- Ⓑ O poder constituinte originário é aquele inserido na própria Constituição, que conhece limitações expressas e implícitas e é passível de controle.
- Ⓒ A Constituição da República prevê a possibilidade de alteração do seu texto, desde que respeitadas limitações materiais, circunstanciais e formais.
- Ⓓ No Brasil, os estados-membros têm plena possibilidade de se auto-organizarem por meio de suas próprias Constituições, sem qualquer limitação estabelecida pela Constituição da República, tendo em vista o princípio federativo.
- Ⓔ O processo legislativo para a modificação do texto constitucional brasileiro é solene e especial, sendo concluído com a sanção do presidente da República.

QUESTÃO 20

Ainda acerca do direito constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os direitos e as garantias individuais e coletivas são absolutos e não encontram qualquer limite.
- Ⓑ A Constituição estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade. Por tal razão, os estrangeiros em trânsito no território nacional não podem exigir o uso e o gozo dos direitos enumerados no citado dispositivo constitucional.
- Ⓒ O princípio da igualdade, por estabelecer que todos têm idênticos direitos perante a lei, impede qualquer tipo de tratamento desigual entre brasileiros, mesmo que se encontrem eles em situações jurídicas desiguais.
- Ⓓ É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem do delegado de polícia, responsável por investigação policial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer.
- Ⓔ Às polícias civis incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. Por função de polícia judiciária entende-se o conjunto de atribuições destinadas a cumprir ordens emanadas da autoridade judiciária competente. A apuração das infrações penais inclui crimes e contravenções, sendo o escrivão de polícia responsável pela manipulação e o cumprimento das determinações emanadas pela autoridade policial no bojo do inquérito policial e do termo circunstanciado.